

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 528/2020
EMENDA AO TEXTO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº
528, DE 2020

Dispõe sobre a promoção da mobilidade sustentável de baixo carbono, o Programa Nacional de Combustível Sustentável de Aviação, o Programa Nacional de Diesel Verde, o Programa Nacional de Biometano e o marco legal da captura e da estocagem geológica de dióxido de carbono.

EMENDA Nº _____

MODIFICA-SE o Art. 33º do texto substitutivo ao Projeto de Lei nº 528/2020 que passa a vigorar com o seguinte texto:

Art. 33. Os arts. 1º e 1º-C da Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º São estabelecidas as seguintes metas de percentuais de adição obrigatória, em volume, de biodiesel ~~produzido por meio de processos exclusivamente dedicados para tal fim~~ ao óleo diesel vendido ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional:

.....
.....

§ 1º. O Conselho Nacional de Política Energética - CNPE poderá, a qualquer tempo, por motivo justificado de interesse público, reduzir esse percentual para até 6% (seis por cento), restabelecendo-o por ocasião da normalização das condições que motivaram a redução do percentual.

§ 2º O CNPE poderá estabelecer percentual obrigatório de adição de biodiesel superior a 15% (quinze por cento) desde que constatada sua viabilidade técnica dentro do conceito do berço ao túmulo.

§ 3º Fica instituído o sistema de rastreabilidade para os combustíveis do ciclo diesel com registro de todas as transações



da cadeia produtiva com a finalidade de assegurar a qualidade desses combustíveis, conforme regulamentação.” (NR)

.....

Art. 1º-D Os aumentos, em cada ponto percentual, da adição volumétrica de biodiesel ao óleo diesel vendido ao consumidor final deverão ser precedidos de, pelo menos, 18 meses prévios à sua efetiva vigência.”

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei do Combustível do Futuro busca a descarbonização da matriz de combustíveis brasileira. A presente Emenda tem como objetivo aperfeiçoar o texto substitutivo do PL 528/2020 na parte que modifica a Lei 13.033, de 24 de setembro de 2014, para garantir segurança jurídica e eficiência regulatória proposta.

A proposta desta emenda visa garantir que as definições de política energética sejam feitas pelo colegiado competente, o CNPE, que detém a visão holística do mercado congregando as perspectivas do governo, da sociedade civil e da Academia. O texto original do substitutivo traz limitações à atuação deste Conselho, o que pode colocar em risco a segurança de abastecimento no país.

A definição de aumento de mistura de biodiesel no diesel comercializado no território nacional deve conferir tempo hábil às alterações de infraestrutura e logística necessárias. É fundamental garantir a antecedência necessária entre a decisão e sua execução, sob pena de gerar uma corrida por produto e pela logística, com potencial elevação de preços e riscos ao abastecimento. Essas etapas incluem: (i) negociações com fornecedores de biodiesel; (ii) negociações com fornecedores de diesel; (iii) obrigações regulatórias e registro de contratos na ANP; (iv) contratação da logística de coleta de biodiesel; e (v) adequação da operação nas bases de distribuição.

Assim, o prazo proposto na emenda se torna indispensável para a manutenção da dinâmica de mercado e para a realização de testes de qualidade e de infraestrutura de armazenagem, distribuição e utilização em veículos, sob pena de inviabilizar a logística de distribuição de combustíveis, sua qualidade e manutenção da frota nacional veicular.

Outra alteração importante diz respeito à isonomia de tratamento entre biocombustíveis e a certificação de viabilidade técnica através da realização de testes para o uso compulsório de teores acima de 15% de biodiesel, considerando a necessidade de avaliação dos



impactos técnico-mecânicos, econômicos e ambientais da elevação de mistura. Isso já é verificado nos demais biocombustíveis como o etanol e já realizado no programa de biodiesel até o momento atual.

Por fim, o aprimoramento da política pública deve considerar os aprendizados dos últimos anos, bem como os diferentes estudos que indicam a elevação dos custos de manutenção de motores e o aumento da emissão de poluentes atmosféricos na queima do biodiesel éster, como o óxido de nitrogênio (NOX).

Nesses termos pedimos o apoio dos nobres pares para aprovação desta emenda.

Sala das Comissões, em de de 2024.

Deputado Márcio Marinho
REPUBLICANOS-BA

